

ORGANIZADORES:

BENÍCIO VIERO SCHMIDT - RENATO DE OLIVEIRA - VIRGILIO ALVAREZ ARAÇÓN

ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS: ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA



EDITORA



UnB

As velozes e intensas mudanças sociais que vivemos nas últimas duas décadas refletem-se nas instituições. Os debates atuais giram em torno de novos paradigmas de estruturação e administração das organizações. Cada uma das organizações sociais volta-se para o seu interior, discutindo sua missão e suas metas estratégicas para o próximo século, sem esquecer a interrelação com as outras organizações e com as várias esferas estatais e sociais. O ensino superior não escapa a esse exame crítico. A entrada do novo século e mesmo do novo milênio, com todas as mudanças econômicas, políticas e culturais que já se antecipam, impõe repensar as estruturas, os objetivos e a função social que o ensino superior, a universidade, a ciência & tecnologia e a profissão acadêmica desempenharão neste novo contexto. O Estado debruça-se sobre esse novo tema, assim como a própria Academia e mesmo a sociedade. Os atores dialogam e buscam o consenso, nem sempre fácil, nem sempre possível, na definição de políticas que dêem um novo formato, uma nova missão, um novo papel ao ensino superior, à ciência & tecnologia, à universidade e à profissão acadêmica. Os problemas que afetam ao Brasil, nesse sentido, não são simplesmente dele, são problemas comuns aos outros países do continente latino americano, ainda que em dimensões e condições diferentes.

**ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:
ENSINO SUPERIOR
NA AMÉRICA LATINA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

Conselho Editorial

Alexandre Lima,
Airton Lugarinho de Lima Camara,
Estevão Chaves de Rezende Martins,
José Maria G. de Almeida Júnior,
Moema Malheiros Pontes

BENÍCIO VIERO SCHMIDT
RENATO DE OLIVEIRA
VIRGILIO ALVAREZ ARAGÓN
(Organizadores)

ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:
ENSINO SUPERIOR
NA AMÉRICA LATINA

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira & Virgilio Alvarez Aragón (organizadores)

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 5.988, de 14/12/73.

É proibida a reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios,
sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Editora Universidade de Brasília

SCS Quadra 02 Bloco "C" nº 78

Edifício OK - 2º andar

70300-013 Brasília – DF - BRASIL

Fone: (55 00 xx 61) 226-6874 - Fax: (55 00 xx 61) 225-5611

Site: <http://www.editora.unb.br> - Endereço Eletrônico: editora@unb.br

Supervisão Geral de Editoria: Maria Zélia Borba Rocha

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Data Certa Comunicação

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca da Universidade de Brasília

Schmidt, Benício Viero

S349

Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina / Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira, Virgilio Alvarez Aragon. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

310 p.

ISBN 85-230-0602-8

1. Ensino superior - América Latina. 2. Ensino superior e sociedade. 3. Política educacional - América Latina. I. Oliveira, Renato de. II. Aragon, Virgilio Alvarez. III. Título.

CDU 378.014.53(7/8)

Financiamento:

CAPES – Fundação-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

PREFÁCIO

A EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANA EM UMA ENCRUZILHADA **15**
Virgilio Alvarez Aragón e Maria Zélia Borba Rocha

UNIVERSIDADE, ELITES E ESTADO

A UNIVERSIDADE, A FORMAÇÃO DAS ELITES E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL **29**
José Antônio Giusti Távares

A FORMAÇÃO DE CIENTISTAS: NECESSIDADES E SOLUÇÕES

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE CIENTISTAS NO PAÍS: EVIDÊNCIAS, ÊXITOS E DESAFIOS **77**
Jacques Velloso

FORMAÇÃO DE CIENTISTA: O CASO DE VITAL BRAZIL (1865/1950) **99**
André de Faria Pereira Neto

PROFISSÃO ACADÊMICA: ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS

A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO **139**
Elizabeth Balbachevsky

LOS ACADÉMICOS EN LOS NOVENTA: ¿ACTORES, SUJETOS, ESPECTADORES O REHENES? **155**
Manuel Gil Antón

LA PROFESION ACADÉMICA EN BRASIL: EL CASO DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA **179**
Virgilio Alvarez Aragón

Políticas Públicas e Acadêmicos: um caso de impacto **205**

MARIA ZÉLIA BORBA ROCHA

Universidade Pública, C&T e Acadêmicos **229**

VILMA FIQUEIREDO

AS NOVAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O FUTURO DA UNIVERSIDADE

A Educação Superior e a Globalização **239**

BENÍCIO VIERO SCHMIDT

A Universidade Pública Brasileira entre a Reforma e a Contra-Reforma **263**

RENATO DE OLIVEIRA

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA:

PROMESAS CUMPLIDAS Y DESAFÍOS PENDIENTES - EL CASO ARGENTINO **279**

CARLOS ALBERTO MARQUIS

LAS NUEVAS POLÍTICAS DE REESTRUCTURACION DE LA

ENSEÑANZA SUPERIOR Y EL FUTURO DE LAS UNIVERSIDADES **297**

UBALDO ZÚÑIGA QUINTANILHA

Sobre as Instituições **307**

Sobre os Autores **309**

Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas

A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

ELIZABETH BALBACHEVSKY

Dentre as muitas questões colocadas para o debate sobre a profissão acadêmica, uma é crucial e permanece em aberto: é possível e, principalmente, significativo, falar dos professores de ensino superior como membros de uma única profissão, ou a fragmentação interna desse grupo alcançou tal nível de desenvolvimento que na verdade estaríamos lidando com uma multiplicidade de profissões, definidas por cada disciplina ou contexto institucional que compõe o espectro da academia?

De fato, o mais evidente motivo para a fragmentação da profissão está na sua estrutura disciplinar. Diferentes disciplinas engendram culturas diversas. A crescente tendência à especialização das atividades acadêmicas aumenta a distância que separa o universo de preocupações e motivações de profissionais oriundos de diferentes campos do conhecimento.

Mas estruturas organizacionais também são outro fator importante para a diferenciação dos profissionais da academia em todos os países. Diferentes contextos influenciam de diversas formas o trabalho e a auto-identidade desses profissionais, condicionam sua visão de mundo e impõem limites para as suas aspirações profissionais. É nessa última dimensão que vamos concentrar nossa análise. Nosso objetivo é avaliar até que ponto o ambiente produzido pela institui-

ção compõe-se com as estratégias profissionais individuais produzindo diferentes padrões de envolvimento do profissional com o meio acadêmico e geram diferentes valores e diferentes culturas.

Claramente, o sistema de ensino superior brasileiro não é homogêneo. Para além das diferenças mais óbvias que separam o universo das instituições públicas das privadas, há uma distinção mais sutil, que diz respeito ao ambiente prevalecente em cada instituição. Analisado por esse ângulo, nosso sistema de ensino superior não é apenas muito diversificado, mas também altamente estratificado.

No topo desse sistema, temos um pequeno número de universidades e umas poucas escolas profissionais, em sua maior parte concentrada no setor público, que são fortemente motivadas pelos valores implícitos na norma acadêmica internacional. Nessas instituições o sistema de recompensas institucional reconhece e valoriza o desempenho do professor enquanto pesquisador e a hierarquia da carreira institucional mantém desde há muito tempo um paralelo estrito com a titulação acadêmica. Essas características do ambiente institucional são decisivas para que a instituição tenha sucesso no recrutamento dos pesquisadores mais talentosos. Por esses motivos, essas instituições estão também melhor posicionadas para disputar recursos de fomento à pesquisa no país e no exterior. De fato, uma das características distintivas das instituições que compõem esse sub-sistema é a institucionalização de uma densa rede de programas de pós-graduação, especialmente o doutorado, em seu interior. Nessas instituições, a pós-graduação estrito senso é fortemente valorizada e as matrículas nesse nível de formação chegam a representar entre 1/3 a quase metade do total de suas matrículas. Por esse motivo, essas instituições são responsáveis pela imensa maioria dos títulos de doutorados outorgados no país.

No segundo estrato está a grande maioria das instituições públicas federais e estaduais do Brasil. Estas instituições não conseguiram, no passado, criar as bases necessárias para institucionalizar a pós-graduação. Por isso mesmo, têm dificuldades para atrair e assegurar a participação de doutores em seu corpo docente. Além de serem pouco ativas na pós-graduação estrito senso, essas instituições oferecem condições de trabalho piores e têm poucos pesquisadores ativos em seu

quadro de profissionais. Por esses motivos estão em desvantagem na competição pelas verbas de pesquisa. Em termos agregados, essas instituições concentram suas atividades de ensino na graduação e quando se aventuram na pós tendem a se restringir aos cursos de mestrado.

Finalmente, a imensa maioria das instituições de ensino superior brasileiras podem ser classificadas num terceiro e último estrato composto, em sua imensa maioria, de instituições privadas, embora algumas delas sejam também mantidas por municípios ou estados. A característica principal dessas instituições é a fraca orientação para o universo dos valores acadêmicos tradicionais. Algumas delas, as mais pobres, têm seu dinamismo derivado de pressões de curto prazo e se orientam principalmente em função da demanda por credenciais. Outras, mais dinâmicas, são especialmente permeáveis às pressões oriundas do mercado de trabalho. Por esse motivo, esse segmento tende a ser muito bem sucedido nas respostas que dá para as necessidades de treinamento e reciclagem profissional. Quando voltam-se para a pós-graduação, a área em que são mais bem sucedidas é a pós-graduação *latu-senso*, orientada para atender as necessidades de qualificação e reciclagem profissional.

A estratificação que delineamos acima não é fortuita. Ela encobre estratégias institucionais distintas e produz culturas acadêmicas díspares. Para analisarmos essa questão, vamos lançar mão dos dados que coletamos na pesquisa sobre a profissão acadêmica no Brasil, realizada em 1992 para a Fundação Carnegie. Essa pesquisa, única no Brasil, reúne as respostas dadas por uma amostra de 1000 professores, representativa de todos os ambientes institucionais de nosso sistema de ensino superior.¹

Do ponto de vista do seu trabalho cotidiano, podemos distinguir cada um desses estratos em função das diferentes exigências que eles impõem aos seus professores. Assim, o primeiro estrato se sobressai pelas suas exigências com relação à pesquisa. Na pesquisa que realizamos em 1992, os professores ligados a esse estrato responderam que, em média, gasta-

1 - Os resultados da pesquisa foram publicados no artigo Schwartzman S. & Balbachevsky, E. (1996) "The academic profession in Brazil". In Altbach, Philip. G. (ed.) *The international academic profession: portraits of fourteen countries* (pp. 231-278) Princeton: The Carnegie Foundation e no livro: Balbachevsky, E. (2000) *A profissão acadêmica no Brasil: as múltiplas facetas do nosso ensino superior*. Brasília: FUNADESP (169 páginas). Nesse livro está também uma descrição pormenorizada dos procedimentos amostrais para a definição da amostra da pesquisa.

vam 28,5% de seu tempo semanal com atividades relacionadas com suas pesquisas, enquanto que os professores ligados ao segundo estrato declararam dedicar, em média, 18,3% e os do terceiro estrato, 8,5% do seu tempo de trabalho semanal. Nas instituições do primeiro estrato, o envolvimento com pesquisas se estende por todo o corpo docente, independentemente da titulação. Já nas instituições do segundo estrato apenas professores com doutorado tendem a dividir seu tempo de trabalho em partes iguais entre o ensino e a pesquisa. Os professores de titulação menor tendem a concentrar seus esforços na função docente.

No que diz respeito ao terceiro estrato, o resultado mais decisivo de nossos dados prende-se à importância que a atividade de extensão, combinada com as ocupações profissionais extra-acadêmicas, assume para seus professores. Uma qualidade específica da atividade acadêmica nesses contextos institucionais parece ser a sua permeabilidade ao universo profissional extra-acadêmico. De maneira geral, não apenas os professores daqui exercem com mais frequência e assiduidade atividades extra-acadêmicas, como também são os únicos a valorizar positivamente os efeitos dessa experiência profissional sobre suas responsabilidades na vida acadêmica. Em nossa pesquisa, 56,3% dos entrevistados que trabalhavam nessas instituições afirmaram que seu trabalho extra-acadêmico tinha um impacto positivo em suas atividades acadêmicas.

Com relação aos valores e atitudes expressos pelos professores nos diferentes estratos acerca do seu papel como docente em contraposição ao de pesquisador, os resultados que obtivemos permitem afirmar que o papel de docente é a atividade mais valorizada por todos. Entre os profissionais empregados por instituições do primeiro estrato, entretanto, a proporção dos professores mais atraídos para a pesquisa praticamente empata com aquela dos professores mais orientados para o ensino (54,8% contra 45,2%). Entre os profissionais que trabalham no terceiro estrato a preferência pelo ensino goza da quase total unanimidade (72,9%) e as instituições do segundo estrato fica a meio caminho desses dois pólos, com 63,9% de seus professores preferindo a atividade de ensino e 36,1% dando preferência à pesquisa. Não apenas a maior parte dos professores do ensino superior prefere o ensino, mas é no papel de docente que eles preferem ser avaliados. Apenas entre as instituições do primeiro estrato

uma maioria estreita rejeita a idéia de que a docência seja o critério ideal para decidir sobre promoções na carreira.

A sobreposição desses resultados sustenta o argumento de que, em nosso sistema de ensino superior, as disparidades na organização do trabalho, dos interesses e valores, dão origem, de fato, a, no mínimo, três sub-culturas acadêmicas. A primeira delas, a do “professor-pesquisador”, tende a subsumir o papel docente ao de pesquisador. Essa cultura é fruto de uma estratégia profissional marcada por uma orientação cosmopolita² e hetero-referente, onde o principal recurso de prestígio está no reconhecimento obtido junto à comunidade de pares em função dos resultados da atividade de pesquisa e da produção.

Nossa análise permite-nos localizar os nichos dessa cultura: ela está associada aos professores-doutores, qualquer que seja o contexto em que ele exerça sua atividade profissional. Mas ela só é dominante nas instituições do primeiro estrato, onde, em alguma medida, seus valores são compartilhados pela maioria dos professores, independentemente da titulação.

As duas outras subculturas acadêmicas valorizam a docência como sendo o elemento definidor, por excelência, da atividade acadêmica. Entretanto há um elemento de diferenciação crucial entre elas: numa delas, no limite, a docência, e com ela toda a atividade acadêmica, é subordinada à definição do prestígio profissional que ocorre fora dos muros da academia. Nossa pesquisa fornece elementos suficientes para afirmar que, para a maioria dos professores ligados ao terceiro estrato, o desempenho no mercado de trabalho não-acadêmico constitui um elemento chave da estratégia profissional dominante. Provavelmente, para muitos desses professores, o ensino superior é complementar à sua atividade profissional, não apenas em termos econômicos mas também na construção de sua identidade. Ao analisar os resultados da pesquisa Carnegie realizada no México, Anton e associados³ mostram que, naquele país, os professores com dedicação acadêmica

2 - A distinção entre uma orientação cosmopolita e local na profissão acadêmica é bastante antiga. Sobre esse tema, as referências clássicas, que introduzem essa distinção, são os artigos publicados por Gouldner, A.W. (1957 e 1958) na revista *Administrative Science Quarterly*.

3 - Ver Anton, M. G. (1993) e Equipo Interinstitucional de Investigadores sobre los Académicos Mexicanos (1994). Infelizmente, a questão utilizada por esses autores para sustentar essa conclusão não fazia parte do corpo comum do questionário que foi aplicado nos 15 países que participaram da pesquisa Carnegie sobre a Profissão Acadêmica, e por isso não foi aplicada à amostra brasileira.

marginal tendem a valorizar o desempenho da profissão como a fonte central de prestígio profissional. É muito provável que essas conclusões também se apliquem a boa parte dos professores do terceiro estrato. Esse fator, se reconhecido pela instituição e bem administrado, pode ser um elemento capaz de garantir qualidade ao ensino profissional oferecido por essas instituições.

Finalmente, temos uma última subcultura acadêmica que elege como elemento central de identidade a atividade docente em si mesma e faz do ensino a razão de ser de sua vida profissional. Duas características são definidoras da situação ocupacional mais comum dos professores que expressam esses valores: a sua baixa titulação e, com ela, uma formação profissional precária, associada a uma posição estável, com contrato de dedicação integral junto a uma instituição de ensino superior (freqüentemente uma instituição pública, mas não necessariamente: esse perfil profissional também é comum em algumas universidades católicas).

Para os professores com titulação inferior ao doutorado o ambiente da instituição onde trabalham é crucial para a sua orientação: onde a instituição incorpora uma exigência discernível em torno da atividade de pesquisa, esse profissional tenderá a adotar valores e assumir atitudes similares àqueles característicos do professor-pesquisador. Nesses ambientes, há uma forte pressão para socializar os professores com titulação baixa de modo a incorporar a perspectiva profissional predominante do professor-pesquisador. Num ambiente institucional mais incongruente ou menos exigente, tais profissionais irão subsumir a atividade acadêmica no papel docente.

As ambigüidades e tensões vividas pelos profissionais ligados a esses diferentes estratos são reveladores das dificuldades enfrentadas por essas instituições nesse final de século. Com relação às instituições ligadas ao primeiro estrato, podemos identificar três grandes desafios: o primeiro, e talvez mais urgente, é o seu relativo isolamento e a forte tendência à endogenia que se verifica em todas elas. Boa parte do seu corpo docente é recrutado entre ex-alunos formados nos programas de pós-graduação das próprias instituições. Os efeitos perversos dessa situação são reconhecidos na literatura internacional, e incluem a baixa

renovação institucional e a ausência de pluralidade temática da atividade de pesquisa. A longo prazo, instituições com esse tipo de problema tendem a favorecer a produção de ambientes acadêmicos insulados e pouco expostos à competição, que podem dar uma sobrevida artificial para áreas e temas de pesquisa que perderam seu lugar no *main-stream* da produção científica internacional.

Uma outra dificuldade comum a quase todas as instituições desse estrato diz respeito a sua rígida organização departamental. Essa estrutura tradicional de forte orientação disciplinar deixa pouco espaço para a institucionalização de programas de pesquisa e ensino de natureza interdisciplinar e transdisciplinar. Esse problema vem sendo diagnosticado também em outros sistemas de ensino superior e, em todos os casos, representa uma deficiência importante, uma vez que as áreas onde a pesquisa mais avança no cenário internacional são justamente aquelas que se colocam nas fronteiras entre diferentes disciplinas.

Finalmente, o último desafio enfrentado por quase todas essas instituições decorre de sua excessiva dependência do apoio governamental direto, o que as torna muito vulnerável às políticas de controle orçamentário. Nenhuma dessas instituições explora de maneira sistemática o potencial de geração de recursos associado ao produto patenteável da atividade de pesquisa realizada em seu interior e poucas consideram as alternativas geradas na interação de seus professores com o setor produtivo.

Com relação às instituições ligadas ao segundo estrato, uma de suas dificuldades relaciona-se com a fragilidade das credenciais acadêmicas de boa parte de seus professores. O fato de serem reconhecidas em sua grande maioria como Universidades criou expectativas irrealistas entre o seu corpo docente. Mesmo sem as qualificações acadêmicas, a maior parte deles conta com contratos estáveis de dedicação exclusiva com uma carga didática relativamente baixa. É entre as instituições desse estrato que as resistências a qualquer reforma que altere o *status-quo* de nosso sistema de ensino superior são maiores. Apesar desse ambiente institucional adverso, a segunda metade dessa década tem sido marcada por uma intensa renovação em muitas das instituições incluídas nesse estrato. A onda de aposentadorias precoces que acom-

panhou a tramitação da Reforma da Previdência abriu espaço para um renovação importante dos quadros de professores de muitas dessas instituições. As novas exigências de qualificação dos docentes presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação forçou um recrutamento de novos professores em bases muito mais exigentes do que no passado. Nossa pesquisa indicou que o envolvimento com pesquisas, ainda que em bases isoladas, parece ser uma necessidade sentida por todo profissional que cumpre o ciclo completo da formação acadêmica. Diante disso, o principal desafio a ser respondido nos anos que estão por vir é se essas instituições serão capazes de se reformar e abrir espaço para a institucionalização da atividade de pesquisa, ou se os vínculos dos profissionais mais qualificados com essas instituições permanecerão marginais, facilitando uma estratégia de *free-rider*.

Em outro grupo de instituições desse estrato é possível notar um movimento que busca enfatizar sua importância regional. Nas estratégias mais bem sucedidas, essas instituições tendem a redefinir sua relevância não mais em função de valores estritamente acadêmicos, mas sim tendo como referência a relevância regional das atividades de extensão. No passado, as atividades de extensão eram sinônimo da ajuda desinteressada aos pobres. Na acepção mais recente, esse termo passou a significar também a prestação de serviços para as empresas, associações civis e governamentais e para as organizações não governamentais. Essas atividades podem vir a constituir uma importante ferramenta para o enraizamento societal dessas instituições.

Finalmente, no caso das instituições do terceiro estrato, melhorar a qualidade do ensino mediante a garantia de um maior envolvimento do profissional com a instituição parece ser o grande desafio. Boa parte dessas instituições trabalham prioritariamente com profissionais pouco qualificados do ponto de vista acadêmico e que são contratados para dar um número limitado de aulas. A nova lei de diretrizes e bases impôs limites a essa estratégia, principalmente no que se refere às universidades. Trata-se então de verificar em que bases os profissionais mais qualificados serão incorporados a esse universo: como mero apêndices que satisfazem as exigências da burocracia estatal ou como sementes de uma cultura acadêmica mais dinâmica, capaz de fomentar um ambiente mais rico para seus alunos.

O ensino superior brasileiro: desafios para o próximo século

Alguns dos principais desafios que se colocam para nosso país na conjuntura atual estão relacionados com a reforma de nosso sistema educacional. A longo prazo, para ser bem sucedido num ambiente internacional cada vez mais competitivo, o Brasil necessita urgentemente aumentar as qualificações tecnológicas de sua força de trabalho. É impossível construir uma sólida economia competitiva, capaz de incorporar e desenvolver rapidamente novas tecnologias, contando com uma população que ainda é, na sua vasta maioria, semi-letrada. Não é viável pensar no ingresso do país na sociedade do conhecimento que se desenha para o próximo século, se persistirem as condições de deterioração dos nossos sistemas de ensino básico e médio.

Desde os anos setenta, o Brasil fez um sólido investimento – muito bem sucedido – buscando criar uma elite científica de nível internacional. Agora, o desafio principal está em aprimorar a qualidade de nossa força de trabalho como um todo, criando as bases necessárias para um aumento da produtividade do trabalhador brasileiro. Essa é a única alternativa para garantir um aumento sustentável da renda da população brasileira.

O ensino superior tem um papel crucial para modificar os padrões de inserção de nosso país na economia global. Para alcançar esses objetivos faz-se necessário um sistema de ensino superior menos hierarquizado, mais diversificado e inclusivo. O primeiro desafio a ser enfrentado por esse sistema é a sua expansão.

Os dados constantes na Sinopse do Ensino Superior publicada pelo MEC em 1999 indicavam que em 1998 o Brasil tinha aproximadamente 2,2 milhões de estudantes matriculados nos cursos de graduação, o que corresponde a cerca de 12% da coorte de 18-24 anos de nossa população. Desde meados dos anos oitenta essa proporção declinou de cerca de 13%, alcançando o seu nível mais baixo (9%) no final dos anos oitenta. Mas o início dos anos noventa foi marcado por uma retomada do crescimento. O gargalo para a expansão desse sistema sempre esteve na baixa proporção de alunos que se formam no segundo grau. Esse quadro se alterou

desde os primeiros anos da década de noventa, quando o ensino secundário iniciou um novo ciclo de expansão. Esse crescimento tem sido sustentado principalmente pelos investimentos feitos pelos estados. Entretanto, a nova fase de crescimento do ensino superior colocam um dilema: de onde sairão os recursos que a financiarão?

No passado, boa parte das pressões pelo crescimento do ensino superior foram absorvidas pelo setor privado. Como se sabe, esse setor se expandiu principalmente através da proliferação de instituições pequenas e incapazes de garantir a qualidade da formação oferecida. Os baixos níveis de competição então vigentes na economia brasileira tornavam essa alternativa plenamente viável. Entretanto, essa não é uma saída desejável para os dias atuais, quando a qualificação de nosso trabalhador, e não apenas a sua titulação, entra na ordem do dia. Por outro lado, ampliar os investimentos feitos pelo poder público no ensino superior é uma proposta bastante irrealista. Também não é possível, nem justo, propor um aumento da participação dos recursos destinados ao ensino superior *vis-à-vis* àqueles que são destinados aos demais níveis de ensino. Os gastos com educação no Brasil correspondem a aproximadamente 4,6% de nosso PIB e representam 17,6% dos gastos governamentais. O ensino superior absorve 18,26% de todo o montante de recursos públicos investidos em educação, embora atenda apenas a 1,86% de todos os estudantes matriculados na rede de ensino pública do Brasil⁴.

Os investimentos públicos no ensino superior cresceram vertiginosamente desde meados dos anos sessenta até o final dos anos setenta. Desde então, a curva de crescimento desses investimentos sofreu uma deflexão, passando só a acompanhar o ritmo mais lento da expansão do sistema. A maior parte dos investimentos passados foram absorvidos na ampliação da infra-estrutura das universidades públicas, na melhoria das condições de trabalho e na extensão dos contratos de dedicação exclusiva para todo seu corpo docente. Embora então esse padrão de investimentos fosse considerado necessário para garantir a implantação de uma rede de universidades de pesquisas no país, seus resultados ficaram aquém do esperado. Algumas universidades desse sistema – especialmente aquelas com maior tradição acadêmica – conseguiram de fato alcançar níveis ra-

4 - Para uma análise dos custos de nosso sistema de ensino ver Negri, B., 1996

zoáveis de qualificação e produção acadêmicas. Entretanto, a maior parte dos investimentos destinados a melhorar o perfil acadêmico dos professores das universidades menores ou localizadas em regiões mais periféricas tiveram retorno decepcionante. Ademais, as pressões corporativas que buscavam a generalização dos contratos de dedicação exclusiva (com baixa carga didática), independentemente da titulação e do desempenho dos docentes, encontraram pouca resistência por parte dos dirigentes universitários. O resultado desse processo é um setor público caro e marcado por altos níveis de ineficiência. Assim, apesar dos custos desse sistema, os salários e as condições de trabalho na maior parte de nossas universidades públicas são precários e a maior parte dos seus professores estão insatisfeitos e pouco motivados para a carreira que abraçaram.

Um problema sério nesse setor, como de resto em todo o serviço público, está no custeio da folha de vencimento dos inativos. O peso de uma legislação que até bem pouco tempo permitia o afastamento precoce e a ausência de mecanismos de contribuição que viabilizem o pagamento das aposentadorias sem pressionar diretamente os recursos investidos no ensino, representam um obstáculo importante. Essa questão precisa ser equacionada com urgência se queremos que o sistema público volte a crescer. Entretanto, para enfrentar as pressões pela expansão do sistema, em um contexto bem mais competitivo, uma reforma de maiores proporções está na ordem do dia. Avaliação e controle da qualidade do ensino oferecido por todas as instituições do sistema são prioridades na agenda do governo. Outra questão que tem surgido no debate é o reconhecimento da diversidade institucional e a ampliação dos canais de contato entre instituições pertencentes aos diferentes estratos que identificamos acima. E, finalmente, há o problema de encontrar uma alternativa que viabilize o financiamento do setor público numa conjuntura de austeridade orçamentária que promete durar ainda um bom tempo. As respostas a essas questões variam no grau de sucesso alcançado.

Desde 1995 o Ministério da Educação vem implementando o Exame Nacional de Cursos, que busca avaliar a formação oferecida pelas instituições mediante uma prova específica para cada curso, aplicada a

todos os formandos. Até o presente, esse Exame está circunscrito a um número bastante limitado de carreiras. Ainda assim, os seu impactos já se fizeram sentir. Esta é a primeira vez na história do país em que o desempenho de todas as instituições de ensino superior é avaliado por uma mesma régua, numa avaliação pública de escopo nacional. Seus efeitos já foram perceptíveis no ano de 1995, quando uma onda de preocupação com a qualidade dos cursos se espalhou para instituições de todos os estratos do sistema. Desde então, medidas voltadas para a melhoria do ensino podem ser detectadas em quase todas as instituições. Esses resultados têm sido reforçados por uma pressão sistemática vinda do Ministério da Educação para avaliar as instituições que tiveram desempenho medíocre nesse exame. Todavia, boa parte da ação das Comissões de Especialistas nomeadas pelo MEC para esse fim, é ainda marcada por uma ótica tradicional onde a qualidade é medida por critérios exclusivamente formais. Ademais, essas Comissões tendem a refletir uma concepção arcaica de ensino superior, que elege como objetivo último a homogeneização das instituições. Questões contemporâneas, como por exemplo aquelas relativas à interface entre o ensino superior e setor produtivo, a empregabilidade dos egressos desse sistema, entre outras, tendem a permanecer fora da preocupação desses especialistas recrutados pelo MEC.

A diversificação do sistema foi reconhecida pela primeira vez na lei brasileira em 1996, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ainda que insista na idéia de que a vocação do ensino superior seja a pesquisa, o ensino e a extensão, a nova lei reconhece explicitamente a existência de um formato institucional prioritariamente voltado para o ensino. Ademais, o princípio tradicional de um currículo mínimo (que em muitas carreiras se tornou máximo com o passar do tempo), foi substituído pela noção mais flexível das diretrizes curriculares. Essa nova concepção abre maior margem de experimentação para as instituições mais inovadoras. A nova legislação também permite uma certificação intermediária, que pode ser outorgada aos estudantes que completem os dois primeiros anos do curso. Finalmente, a nova legislação conferiu maior autonomia para as Universidades, ao mesmo tempo que criou um patamar

mais exigente de perfil acadêmico para o credenciamento (e pela primeira vez, recredenciamento) destas instituições. Pela nova lei, todas as Universidades precisam ter ao menos 1/3 de seu corpo docente com titulação mínima de mestre; uma carreira institucional que incorpore em seus critérios de promoção a titulação acadêmica e a obrigatoriedade de titulação mínima de Doutor para o profissional que ocupe o cargo de Reitor.

Os primeiros resultados dessas mudanças criaram uma dinâmica de diferenciação no interior do setor privado. Nos últimos anos dessa década, um grande número de instituições privadas se credenciou como universidades. Várias buscaram, com sucesso, alternativas que melhorassem a qualidade de seus cursos de graduação. Muitas subiram o perfil acadêmico de seus quadros de professores recrutando profissionais prematuramente aposentados no setor público. Para que esse investimento em pessoal redunde em melhoria da qualidade do ensino, o principal desafio que se coloca para essas instituições, à médio prazo, é a institucionalização do potencial de pesquisa representado pelo recrutamento de doutores.

Para serem bem sucedidas nessa empreitada, essas instituições devem buscar um novo modelo para a organização da pesquisa. A pesquisa disciplinar, básica, altamente dependente do financiamento público e em competição direta com aquela já organizada no interior do setor público tem poucas chances de se implantar com sucesso no novo ambiente. Por natureza, esse tipo de pesquisa é deficitário e necessita de aportes constantes de recursos de retorno monetário duvidoso. O próprio insucesso de boa parte das universidades federais e estaduais nas tentativas de reproduzir esse modelo mostra as dificuldades que se colocam no caminho das instituições que optem por essa estratégia.

Felizmente, essa alternativa não é a única via para a institucionalização da pesquisa. Experiências internacionais mostram que as instituições menores tendem a ser mais bem sucedidas na institucionalização da pesquisa e da pós-graduação se fizerem uma opção estratégica por áreas temáticas interdisciplinares com forte conteúdo de aplicação e se associarem a atividade de pesquisa com a de prestação de serviços tecnológicos. Esse tipo de pesquisa é pouco valorizado no ambiente acadêmico público brasileiro.

Entretanto, há fortes argumentos que apontam para a necessidade de mudarmos rapidamente essa perspectiva. Um esforço sério, voltado para aumentar a capacidade de aprendizado das empresas, especialmente aquelas de menor porte, capaz de garantir uma alta taxa de difusão de novas tecnologias é uma variável decisiva que falta ao nosso país. Análises internacionais indicam que essa via para a institucionalização da pesquisa no ambiente do setor privado é altamente promissora. Resta saber se ela será reconhecida pelos critérios de avaliação definidos pelo MEC ou se este dará mais valor a indicadores de arremedo da pesquisa acadêmica, tais como a publicação de artigos em revistas que ninguém lê, etc.

O governo brasileiro tem sido menos bem sucedido no que tange às questões relacionadas com a estabilidade financeira das instituições do setor público. Desde 1995, o Ministério da Educação tem tentado viabilizar uma legislação que dê autonomia financeira para as universidades federais. Entretanto, as propostas do governo têm sido recebidas com desconfiança por todos os atores interessados na questão. Para alguns, a falta de um compromisso explícito das autoridades da área econômica levanta a suspeita de que a autonomia represente o primeiro passo no sentido da privatização desse segmento. Outros temem que a autonomia proposta, com recursos dependentes de avaliações institucionais, introduza uma competição deletéria entre as instituições, que ponha em risco a própria sobrevivência das instituições menores ou academicamente mais fracas. Ademais, forças políticas regionais temem que a autonomia seja o primeiro passo para a transferência dos custos desse sistema para os Estados e municípios. Até o presente, a conjunção dessas forças diversas tem sido suficiente para paralisar as tentativas do governo no sentido de equacionar uma resposta a essa questão. Por outro lado, a falta de consenso em torno de um projeto alternativo viável impediu até agora que essa questão encontrasse uma saída mais dinâmica do que a reprodução empobrecida do *status quo*.

Como vimos, portanto, os últimos anos da década de noventa abrem uma nova era na história do ensino superior no Brasil. O processo constitucional que terminou com a promulgação da constituição de 1988, ainda que liberal nas suas intenções, abriu espaço

para inúmeras negociações corporativas que fortaleceram algumas alternativas políticas bastante arcaicas. Nos capítulos relacionados com o ensino superior, a nova constituição reforçou o pressuposto de que o modelo da Universidade de Pesquisa era o modelo institucional ideal e confirmou a condição de servidor público a todos os professores do sistema federal, garantindo estabilidade e isonomia salarial. As reformas constitucionais aprovadas desde 1995 e a Legislação promulgada desde então introduziram alguma flexibilidade nesse arcabouço. Desde então o sistema começou a se mover. O resultado final desse processo é, até o presente, uma incógnita. Como vimos, as pressões feitas pelo governo são, até certo ponto, incongruentes. Se de um lado apontam para a diversificação e flexibilização dos modelos institucionais, por outro lado, ainda tendem a exercer uma pressão uniformizante através de seus inúmeros processos de avaliação. Entretanto, é inegável que nossas instituições de ensino superior enfrentam uma realidade societal muito mais dinâmica, competitiva e exigente no que tange à qualificação que elas oferecem. Essas pressões se fazem sentir tanto no setor privado como no setor público. Resta saber se elas encontrarão canais de expressão em processos avaliativos alternativos, com reconhecimento amplo, que tirem do governo o monopólio da função de avaliar. A nosso ver, a constituição de instâncias de avaliação fora da alçada do governo seria um elemento chave tanto para forçar maior coerência na ação governamental, como para limitar o cinismo nas respostas das instituições às pressões externas.

De qualquer forma, não há dúvida que o cenário que se apresenta para o Ensino Superior brasileiro na virada do milênio é muito mais dinâmico do que aquele que se colocava para seus profissionais no início da década. O movimento está presente em todos os setores e mesmo as grandes universidades não dormem tranqüilas sobre as heranças de seu passado glorioso. Tal como para o resto da sociedade brasileira, os horizontes que se abrem hoje para o ensino superior e para seus profissionais estão cheios de promessas e ameaças. Só o tempo dirá qual cenário prevalecerá.

Referências Bibliográficas:

- ANTÓN, M. G. 1993 "Mexican Academics" Trabalho apresentado no Encontro de Diretores da Pesquisa "International Faculty Survey" Princeton, NJ: The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 7-9 de abril, 33 pp.
- BALBACHEVSKY, E. (1999) *A profissão acadêmica no Brasil: as múltiplas facetas do nosso sistema de ensino superior*. Brasília: FUNADESP.
- EQUIPO INTERINSTITUCIONAL DE INVESTIGADORES SOBRE LOS ACADÉMICOS MEXICANOS 1994 *Los Rasgos de La Diversidad: un Estudio sobre los Academicos Mexicanos* Azcapotzalco (Mexico,DF): Universidad Autónoma Metropolitana.
- GOULDNER, A.W. 1957 "Cosmopolitans and Locals-I" *Administrative Science Quartely*, vol.2, dec. pp.281-306.
- _____ 1958 "Cosmopolitans and Locals: Toward an Analysis of Latent Social Roles-II" *Administrative Science Quartely*, vol. 2, March, pp. 444-480.
- NEGRI, B. (1996) *Financiamento da educação superior no Brasil*. Brasília: MEC.
- MEC -Ministério da Educação e do Desporto, (1997) *Sinopse do ensino superior* Brasília: MEC

SOBRE AS INSTITUIÇÕES

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional: A ANDES foi fundada em janeiro de 1981 a partir da organização das Ads – Associações de Docentes, surgidas em várias universidades brasileiras desde 1976. Apresenta por eixo de ação a defesa do ensino público e gratuito; a democratização da universidade e a defesa dos interesses trabalhistas e salariais dos docentes. A gestão 1998/2000 teve como Presidente Dr. Renato de Oliveira, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília

Caixa Postal 04470 CEP 70919-970 Brasília – DF - BRASIL

Fone: 55 00 61 347-2028 / Fax: 55 00 61 274-3303

Site: www.Andes.org.br

e-mail: andes-sn@andes.org.br

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe
– O CEPPAC é uma unidade acadêmica da Universidade de Brasília, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO. Constitui um centro de altos estudos que abriga um programa de pós-graduação (doutorado) denominado Estudos Comparativos sobre América Latina e Caribe. Apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Políticas Públicas Comparadas; Estado e Sociedade; Identidades e Culturas Latino-americanas; Pensamento Social Comparado na América Latina; Relações Internacionais e Integração Econômica, Política e Cultural; Universidade, Educação e Sociedade.

Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB

Pavilhão Multiuso II – 1º andar - Asa Norte

70910-900 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 273-3710 Fones: 55 - 00 61 307-2590 e 307-2591

Home Page: www.unb.br/ics/ceppac

e-mail: ceppac@unb.br

Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior – O NESUB integra o Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília - UnB. Dotado de autonomia acadêmica e administrativa, o núcleo desenvolve pesquisas sobre temas relevantes do ensino superior. Nos últimos anos, tem consolidado sua atuação por meio de análises comparadas de alcance regional e nacional, bem como pela formação de uma rede de pesquisadores ligados a importantes universidades brasileiras. Oferece consultorias e capacitação para dirigentes e técnicos de instituições de ensino superior. Promove intercâmbios institucionais e divulga estudos sobre o ensino superior.

SCLN 406 Bloco “A” Salas 217-19 - Asa Norte

70874-510 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 349-7826 Fone: 55 00 61 349-7015

Home page: www.nesub.org

e-mail: nesub@tba.com.br

SOBRE OS AUTORES

André de Faria Pereira Neto – Historiador, Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Pesquisador na Casa de Oswaldo Cruz; pereiraneto@hotmail.com.br

Benício Viero Schmidt – Doutor em Ciência Política (Stanford University/EUA,1979); Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (Université de Paris I/França,1994); Professor Titular de Sociologia no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe; Diretor científico do CEPPAC/UnB; *colunista do jornal eletrônico Brasil em Tempo Real* (www.emtemporeal.com.br); benicio@unb.br

Carlos Alberto Marquis - Magister en Sociología-UNAM/México. Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET). Profesor Titular: UBA, 1987-92; UNLZ, Argentina, 1988; UNAM, 1976-89. Profesor invitado: Universidad de Mar del Plata 1998; Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil, 1990-91; Universidad del Estado de México, 1982. Actual Director Ejecutivo del Fondo para el Mejoramiento de la Calidad Universitaria (FOMECA), Ministerio de Educación / Banco Mundial, 1995/2000; cmarquis@sinectis.com.ar

Elizabeth Balbachevsky – Doutora em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (1995); professora do Departamento de Ciência Política da USP; pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais - NUPRI/USP e do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, NUPES/USP; balbasky@usp.br

Jacques Velloso – Ph.D. em Educação pela Universidade de Stanford (1975). Professor titular de Economia da Educação da Universidade de Brasília. Pesquisador nível I-A do CNPq. Consultor ad hoc do CNPq; da CAPES, SBPC, FLACSO e ANPED. Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (mandato 1996-2000); jvelloso@tba.com.br

José Antônio Giusti Tavares - Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ; coordenador do programa permanente de investigação em instituições políticas e governo

(POLIS); professor de Ciência Política no programa de doutorado em Direito da UFRGS e na ULBRA. Pesquisador associado no Guest Scholar do Helen Kellogg Institute for International Studies of Notre Dame (Indiana/USA,1998); autor dos livros *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro* (Mercado Aberto,1982); *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégia* (Relume Dumará,1994); *Reforma Neoliberal e Reversão Democrática no Brasil: da Revisão Constitucional à Reforma Constitucional* (Cashiers du Centre d'Études Politiques Brésiliennes, Paris/1995); *Reforma Política e Retrocesso Democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário* (Mercado Aberto,1998); organizador dos livros: *Instituições Políticas Comparadas dos países do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai* (FGV, 1998); e *PT: Totalitarismo, Ilusão e Manipulação* (Mercado Aberto, 2000); jjgjustit@pro.via-rs.com.br.

Maria Zélia Borba Rocha – Historiadora, Mestre em Sociologia (UnB), professora assistente da Universidade de Brasília na Faculdade de Educação; zelia@unb.br

Manuel Gil Antón - Doctor en Metodología y Teoría de la Ciencia. Profesor del Departamento de Sociología, UAM-Azcapotzalco, integrante del Área de Investigación en Sociología de las Universidades. Coautor de: *Los Rasgos de la Diversidad: un estudio sobre los académicos mexicanos*, UAM-A, 1994. Y autor de *Conocimiento Científico y Acción Social: crítica epistemológica a la concepción de ciencia en Max Weber*, Gedisa, 1997; maga@hp9000a1.uam.mx

Renato de Oliveira – Doutor em Sociologia pela École de Hautes Studies (França/1994); Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UFRGS; Ex-Presidente da ANDES-SN (1998/2000). Atual Diretor-Presidente da FAPERGS; renatol@ZEUS.fapergs.tche

Virgilio Alvarez Aragón – Doutor em Sociologia (FLACSO/1993). Professor Adjunto II da Universidade de Brasília; viranette@guate.net

Vilma Figueiredo – PhD em Sociologia pela George Washington University; professora Emérita do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Vice-Presidente da SBPC e Pesquisadora I A do CNPq; vilmafig@unb.br

Ubaldo Zúñiga Quiñtanilla – Engenheiro, actual Rector Universidad de Santiago de Chile; uzuniga@lauca.usach.cl

Este livro surge como resultado do intercâmbio acadêmico entre estudiosos e centros de pesquisa sobre a questão do ensino superior na América Latina. Debate que se consubstanciou no Seminário Internacional A Universidade, O Ensino Superior e a Ciência & Tecnologia no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas, realizado na Universidade de Brasília, em maio de 2000, por iniciativa do NESUB Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior; do CEPPAC Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe e da ANDES-SN: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, na gestão 98/00.

Subdivide-se em quatro grandes temáticas: Universidades Elites e Estado é o tema que abre o livro, mostrando a correlação existente entre essas três instituições, em um resgate histórico. A Formação de Cientistas: Necessidades e Soluções aponta a experiência brasileira, considerando especificamente a alocação, no mercado de trabalho, dos egressos dos cursos de pós-graduação e a formação de quadros na área médica. A Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas constitui a terceira grande área abordada na obra e apresenta um mapeamento macro dessa profissão nas instituições de ensino superior brasileiras, assim como detalha o caso mexicano e a especificidade da Universidade de Brasília. As Novas Políticas de Reestruturação do Ensino Superior e o Futuro da Universidade analisam as atuais políticas de Estado para o ensino superior, apontando as experiências chilena, argentina e brasileira.

O mundo no qual vivemos hoje é um mundo de incertezas. Incertezas provocadas, entre outros fatores, pelo paradoxo intrínseco à nossa sociedade altamente instável: a utilização social do conhecimento científico como fonte legítima e fidedigna de possibilidade de resolução dos inúmeros problemas humanos provocou, ao mesmo tempo, o surgimento de novas questões. A intensidade e a velocidade atual de produção, comercialização e difusão do conhecimento científico é uma das fontes geradoras do alto grau de instabilidade social no qual vivemos. Estamos na sociedade do conhecimento.

O ensino superior constitui uma das formas clássicas de difusão deste conhecimento. As universidades, os *loci* históricos de produção. Esta nova engrenagem social impõe nova dinâmica também a essas instituições que, na América Latina, caracterizam-se por especificidades econômicas, políticas e culturais.

É o que se dispõe a analisar este livro: a dinâmica do ensino superior, da universidade, da ciência & tecnologia e da profissão acadêmica na América Latina. E quais as possibilidades de futuro para cada uma delas, na atual conjuntura mundial.

Código EDU 300608

ISBN 85-230-0602-8



9 788523 006020